

Esquerda vestiu carapuça do veto com dor

"Isto é um descalabro", afirmou Leonel Brizola, durante o intervalo comercial do debate presidencial nos estúdios da **Rede Bandeirantes**, na noite de domingo, logo depois que o candidato Afif Domingos denunciou que o famoso veto do presidente Sarney sobre filiação partidária, permitindo a candidatura tardia de Sílvio Santos, foi mantido no Congresso Nacional com a ajuda explícita de seu partido, o PDT.

Fora das câmeras, Leonel Brizola, Lula e Mário Covas, consultavam seus assessores com aflição para confirmar a veracidade da denúncia de que seus partidos haviam votado pela manutenção do veto, cada qual pensando em interesses próprios. Segundo relato do líder do PL na Câmara, deputado Adolfo Oliveira, o nervosismo dos três candidatos era tal que falavam ao mesmo tempo, sem ouvir seus assessores que tentavam explicar a dura realidade: os líderes do PSDB, Euclides Scalco, do PDT, Luís Salomão, e do PT, Virgílio Guimarães, haviam orientado suas respectivas bancadas a votarem sim, para manter o veto.

Brizola era o mais indignado, especialmente quando soube que Luís Salomão havia declarado que "o veto não enfraquece o sistema partidário mas garante a liberdade de qualquer candidato a se lançar mais adiante, livre da limitação de filiação partidária antes de 15 de maio, conforme prévia o projeto de lei original". O candidato confessou ignorar o episódio, chegando a se irritar com sua assessoria presente ao debate.

Na verdade, naquela sessão noturna do Congresso Nacional, no dia 28 de junho do corrente ano, muitos eram os interesses partidários que se conjugavam para liberar o prazo de filiação partidária, resultando numa votação de 210 sim, 133 não e 6 abstenções, totalizando 349 deputados.

Muitos peemedebistas, inconformados com o desempenho de Ulysses sonhavam em trocar de candidato, ocorrendo o mesmo com o PFL de Aureliano que votou maciçamente pela manutenção do voto, seguindo orientação do então líder, deputado José Lourenço. O PSDB enfrentava problemas com a escolha do vice e tanto o primeiro escolhido, Roberto Magalhães, quanto o atual vice senador Almir Gabriel, assinaram fichas de filiação durante a convenção partidária de 8 de julho, em Belo Horizonte, portanto depois do prazo fatídico de 15 de maio.

O PT e o PDT também tergiversavam sobre os respectivos vices da chapa, tendo interesse em manter aberto o prazo. Afinal o PT escolheu José Paulo Bisol, que somente se filiou em julho, e o PDT optou definitivamente por Fernando Lyra, integrante dos quadros

pedetistas há bastante tempo. Também o PTB, o PDC, o PSB e PC do B votaram pela manutenção do veto, segundo declaração expressa de suas lideranças na Câmara. Como o veto foi mantido na Câmara, não foi apreciado pelo Senado Federal.

Durante o recesso de julho, no Congresso Nacional, muitas lideranças começaram a encontrar imperfeições na lei 7773, e a temer consequências da excessiva liberalidade da lei sobre candidaturas, partidos e filiação partidária. Em especial, temiam-se manobras do Palácio do Planalto onde o presidente José Sarney, ao vetar vários artigos da lei, continuava a sonhar com uma candidatura própria, ora Jânio Quadros, ora Antônio Ermírio de Moraes. De qualquer maneira, um candidato menos "arredio" a negociações com o PFL e com mais chances de ganhar do que Aureliano.

Foi nesse quadró que surgiu um novo projeto de lei eleitoral, de iniciativa do deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ) disciplinando debates na televisão, estabelecendo prazo final de filiação partidária para 15 dias após a promulgação da lei e criando um modelo de cédula mista, com parte de cima em branco, para o eleitor escrever nome ou número do candidato, e parte de baixo com o elenco de nomes para serem assinalados com um "x".

Contra esta nova cédula se insurgiu

o PRN e seus simpatizantes, por entenderem que o modelo dificultava a votação de pessoas analfabetas ou semi-alfabetizadas, ou seja o eleitorado preferencial de Collor de Mello. Como sua bancada oficial na Câmara é pequena, 21 deputados, as manobras de obstrução de votação protelaram mas não viabilizaram a aprovação da nova lei, no dia 13 de setembro, mesmo com uma ajuda da "bancada informal" do PRN de mais 70 deputados.

Depois de aprovado na Câmara, o projeto de lei foi enviado ao Senado, onde o vice de Collor de Mello, senador Itamar Franco, e Carlos Chiarelli, senador pefelista "colorrido", articularam uma manobra política para impedir a votação, alegando que seria um "casuismo inaceitável" votar novas regras para as eleições a escassos dois meses do dia 15 de novembro. A articulação teve pleno êxito e o projeto foi engavetado.

Ao comentar todos esses acontecimentos, Adolfo Oliveira, líder do PL na Câmara, frisa a natureza volátil do jogo político. "Para obter êxito, tem que entender do ramo, política não é atividade para amadores", diz, constatando que o lançamento tardio da candidatura Sílvio Santos, prejudicial principalmente a Collor de Mello, não seria possível, caso a segunda lei eleitoral tivesse sido aprovada, ainda em setembro.